ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA

(Alguns Fundamentos Econômicos)

PAULO FERNANDO LAGO

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico de caráter "explosivo" é fato marcante nos países enquadrados na rotulação de subdesenvolvidos.

Na América Latina, o surto demográfico assume proporções sem equivalentes nos demais continentes, apesar de sua ínfima participação percentual no conjunto da população mundial.

Conquanto contenha fôrças impulsionadoras, em relação às possibilidades de desenvolvimento econômico, o aumento da população, em função da extrema velocidade do crescimento, tem acarretado problemas numerosos.

Em alguns casos, as perspectivas não são favoráveis, quando o aumento numérico não corresponde ao aumento da produção e produtividade da região onde se efetua o fenômeno. Chega-se a encarar a "explosão demográfica" como realidade assustadora.

No Brasil, o crescimento do efetivo humano coincide, a princípio, com as necessidades de se preencherem vazios demográficos, mas não deixa de implicar, pela velocidade impressionante dêsse aumento, problemas consideráveis. Concluiríamos, nesse particular, com Jacques Lembert ("Os dois Brasis") que afirma lucrar o Brasil com aumento da população, sofrendo terrìvelmente com a velocidade do crescimento.

Sintomas de redução dessa velocidade são, entretanto, constatáveis. No período 1950/60 observou-se, em muitas unidades da Federação, a diminuição da taxa de natalidade. Já se notava diferença de fecundidade entre áreas rurais e áreas urbanas. Aquelas mantêm, acima destas, elevada natalidade, contribuindo, ao lado de outros fatôres, para a permanência de maciços deslocamentos de contingentes rurais em direção a centros urbanos que não dilatam, na mesma ordem de grandeza, suas condições capazes de acomodar tão eloqüente e crescente número de indivíduos.

A crise habitacional, o marginalismo são, em parte, reflexos dessa dinâmica demográfica.

O administrador brasileiro tem, diante de si, a preocupação de equacionar problemas em têrmos da magnitude da expansão demográfica.

A abordagem do fenômeno, hoje melhor possibilitada pela melhoria dos nossos serviços estatísticos, é tarefa obrigatória quando se

pretende analisar fatos da realidade nacional. Nosso trabalho é um intento de contribuição, focalizando com particularidade o fenômeno em Santa Catarina.

O EFETIVO DEMOGRÁFICO

1 — *O Crescimento:* Enquanto a população brasileira havia-se quintuplicado entre os extremos compreendidos pelo primeiro recenseamento (1872) e o de 1950, a de Santa Catarina apresentara um resultado que quase correspondeu à decuplicação de seu efetivo humano. Entraram em jôgo, para tal desnível, o crescimento vegetativo elevado, bem como, com importância cada vez mais insignificante, a contribuição imigratória.

Alcançando seu contingente humano a cifra de 2 141 609 pessoas, em 1960, depreende-se que, nos 88 anos que decorreram entre o primeiro e o último censo, o aumento demográfico absoluto foi três vêzes superior ao montante registrado em 1892 (159 802 habs.).

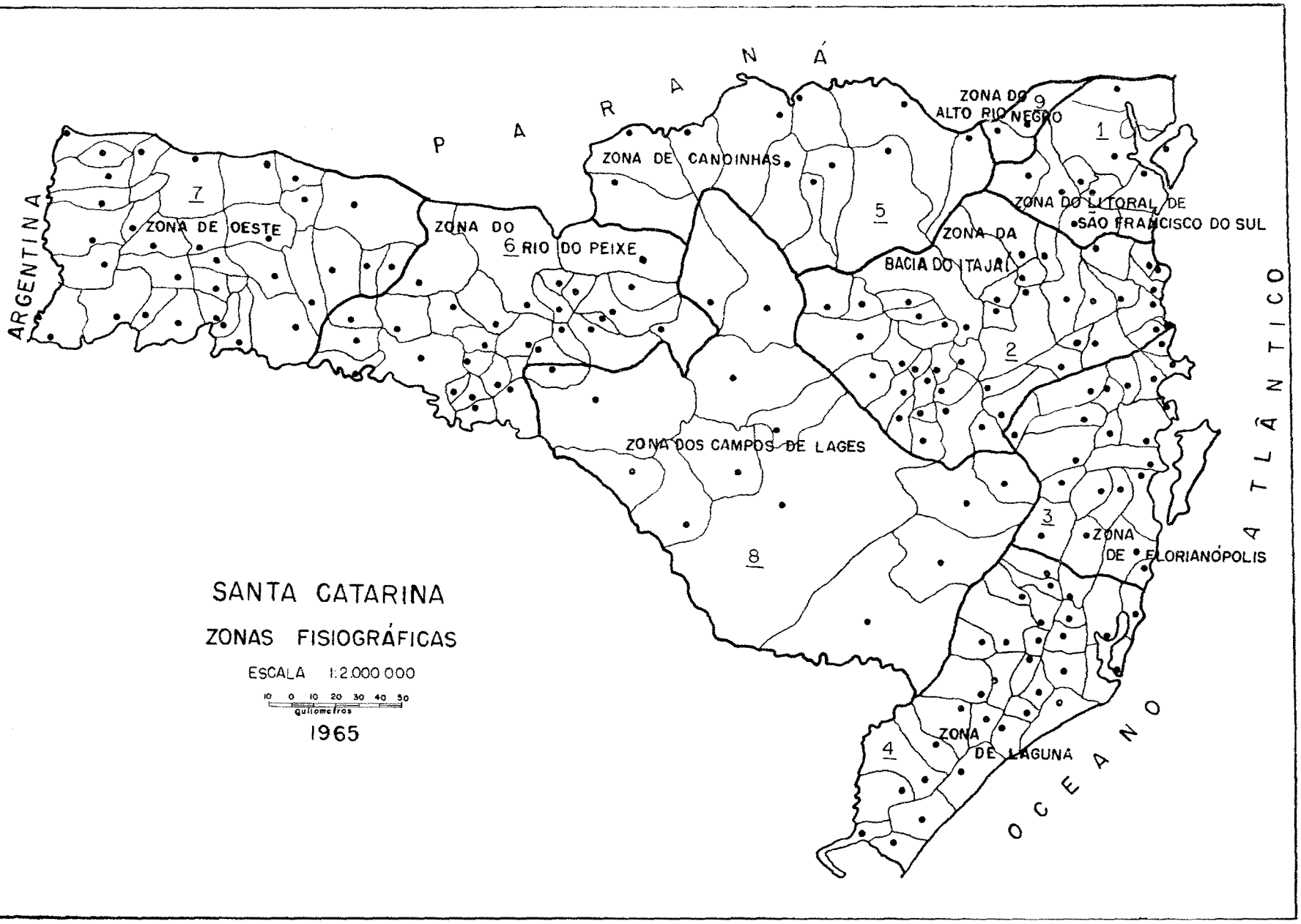
Induz-se também que a percentagem na participação da população catarinense no quadro geral do País tem crescido, embora com ritmo diminuído nas últimas décadas. Em 1872, sua participação foi de 1,6%, em 1940 atingiu 2,9%; em 1950 foi de 3,0% e, em 1960 foi de 3,05%.

Reduzidas as correntes imigratórias, quanto ao volume e ao significado relativo mais exaltado em tempos passados, o crescimento demográfico de Santa Catarina tem sido regulado pela elevada natalidade. A influência de migrações internas, em relação ao nosso Estado, quanto à dinâmica do crescimento demográfico é, assim, inexpressiva.

O montante humano catarinense é, tendo-se em vista a ampla habitabilidade do território, diminuto, o que exalta o fato da rarefação demográfica, principalmente em áreas do Planalto. Apesar de representar apenas 1,11% da superfície total do Brasil, a participação percentual demográfica poderá ser bastante superior à atual de 3,05%.

O Crescimento absoluto: Entre o período de 1950/60 foi de 581 107 habitantes, bastante superior à diferença observada entre o decênio 1940/50, que se expressou em 382 162 pessoas. Equivale isto à afirmação de que, enquanto no decênio 1940/50 havia um acréscimo médio anual em tôrno de 38 mil pessoas, no decênio seguinte, êsse acréscimo anual era de 58 mil pessoas, aproximadamente. Entretanto, não equivale à afirmação de que tenha ocorrido aumento da taxa de natalidade ou então, do coeficiente de fecundidade.

A Natalidade: A taxa de natalidade, baseada na relação entre o número de habitantes e os nascidos vivos, no período intercensitário 1940/50 foi, no Brasil, de 43,01/1 000, enquanto a de Santa Catarina foi estimada pelo I.B.G.E., em 45/1 000. Em 1950 foi de 41,1 e, em 1960, segundo dados contidos em "Estudos Demográficos de Santa Catarina", de N. Vale Pereira, decresceu para 36,1/1 000. Embora em decréscimo,


PARANÁ
ARGENTINA
OCEANO ATLÂNTICO
ZONA DO ALTO RIO NEGRO
9
1
ZONA DE CANOINHAS
5
ZONA DO LITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
ZONA DA BACIA DO ITAJAÍ
7
ZONA DE OESTE
ZONA DO 6 RIO DO PEIXE
2
ZONA DOS CAMPOS DE LAGES
8
3
ZONA DE FLORIANÓPOLIS
4
ZONA DE LAGUNA
SANTA CATARINA
ZONAS FISIOGRÁFICAS
ESCALA 1:2.000 000
10 0 10 20 30 40 50
quilometros
1965

ainda é elevada, e, devido à tendência da diminuição da mortalidade, o crescimento demográfico apenas se inclina à diminuição do ritmo explosivo que o vinha caracterizando.

A Mortalidade: Esta se apresentou, por outro lado, muito expressiva, em tôrno de 15,76/1 000, em 1960, a mais elevada dentre os Estados sulinos, mas inferior à média brasileira, calculada em 18,5/1 000.

A despeito de melhorias que se constatam, redutoras da mortalidade geral, tais índices autenticam insatisfória situação sanitária em nosso meio, pois, mesmo na América Latina, u'a mortalidade dessa ordem é observada sòmente em alguns países de condições materiais e de saúde da população extremamente precárias, como a Guatemala (23,3/1 000), Bolívia (19,5/1 000), Equador (18,5/1 000), onde as causas obituárias indicam uma situação que seria coerente com épocas passadas, isentas dos recursos da medicina e da profilaxia post-pasteurianas. *

No montante de óbitos gerais assinalados em 1960, a saber 13 610, parcela expressiva se refere à mortalidade infantil. Dêsse total, 4 118 óbitos corresponderam à faixa de infância com menos de 1 ano de idade.

Quanto às causas infecto-contagiosas, 658 óbitos foram registrados no mesmo ano. Inferior, êsse montante, ao número de óbitos referentes ao aparelho circulatório (1 629), ao aparelho digestivo (1 100), deve ser, entretanto, muito mais elevado, tendo-se em conta que, na classe de óbitos "mal definidos, sem assistência técnica e por senilidade", o montante correspondeu à metade dos óbitos registrados, a qual se expressou em 6 608. Na categoria de "causas diversas", o total atingiu 1 399, e isto acrescentaria alguns óbitos que, melhor avaliados em suas causas, poderiam incidir na categoria que é coerente com as condições precárias de higiene e profilaxia em nosso meio, principalmente o rural.

Além disso, bem sabemos que a ocorrência obituária em outras categorias de causas está, em muitos exemplos, relacionada à ação de doenças infecto-parasitárias.

Os dados aqui utilizados, inclusos na publicação do Departamento Estadual de Estatística ("Estatísticas Catarinenses"), poderiam ser mais atualizados, pois temos em mãos dados até 1964. O exame dos mesmos não indica alterações sensíveis em relação ao ano-referência, 1960, razão por que não alongaremos observações a êsse respeito.

Quanto *à vida média,* ou mais precisamente, expectativa de vida, a posição ocupada pelo Brasil é também insatisfatória. Segundo, por exemplo, a mortalidade verificada no decênio 1940/50, a vida média no Brasil atingia apenas 43,7 anos, enquanto em países de economia desenvolvida é comum exceder a 60 anos.

Nesse aspecto, observando-se sentida variedade entre nossas regiões e unidades federativas isoladas, Santa Catarina se coloca em posição destacada, apenas superada pelo Rio Grande do Sul. A média da expec-

* Para se ter ligeira idéia da precariedade das condições ,higiênicas da população, chamamos a atenção para os resultados revelados por G. Olinger "Política Agrária", — nos quais se vê que 98% da população rural está infectada de vermes. No Vale do rio do Peixe, 100% da população rural apresenta, no mínimo, duas espécies de germes. Resultados mais ou menos idênticos e constrangedores foram constadados em outras áreas.

tativa de vida da população catarinense é de 49,4 anos segundo a mortalidade verificada nas populações naturais no decênio acima.

Será provável que, no seguinte, os cálculos atinjam 50 anos ou mais, em virtude de manifestas melhorias das condições eugênicas de nossa população. Atualmente, os recursos profiláticos e sanitários, de grande eficiência, resultam em alterações rápidas, quando aplicados numa área demográfica dentro dos rigores da técnica.

São muitos os fatôres que contribuem para a melhoria da expectativa de vida de uma população.

O problema se relaciona às condições imediatamente econômicas dos grupos humanos, aos padrões alimentares estabelecidos e aceitos como manifestações culturais, às maiores ou menores facilidades do meio ambiente em propiciar recursos de alimentação, enfim, às condições da evolução técnica e da organização da sociedade. Breve exame, por exemplo, das condições alimentares, normalmente vigentes em Santa Catarina, nos revela grande heterogeneidade dos padrões dietéticos. Entre as populações rurais, que formam a maioria do efetivo humano, a alimentação é, em geral, mais rica do que a observada entre rurícolas de quase tôdas as unidades políticas brasileiras, embora se observe aqui, em algumas áreas litorâneas, a subordinação de muitos indivíduos a uma certa monotonia e pobreza alimentares.

A influência da colonização estrangeira, com suas formas de ocupação e atividades encetadas, com as contribuições injetadas no setor da alimentação e da higiene, é, sem dúvida, um conjunto positivo de grande valia para a explicação da relativamente boa vitalidade da população.

Entretanto, as causas da vida média de uma população são complexas e difícies de serem determinadas precisamente numa ordem hierárquica dos fatôres interferentes.

2 — *A Pirâmide Demográfica da Idade:* A projeção da população catarinense, segundo sua distribuição pelos grupos de idades, na figura usualmente empregada da "pirâmide demográfica" ilustra claramente sua característica de "população jovem".

Êste resultado, em sua forma apenas, não difere muito do exemplo do conjunto demográfico brasileiro que também é assinalado como "jovem".

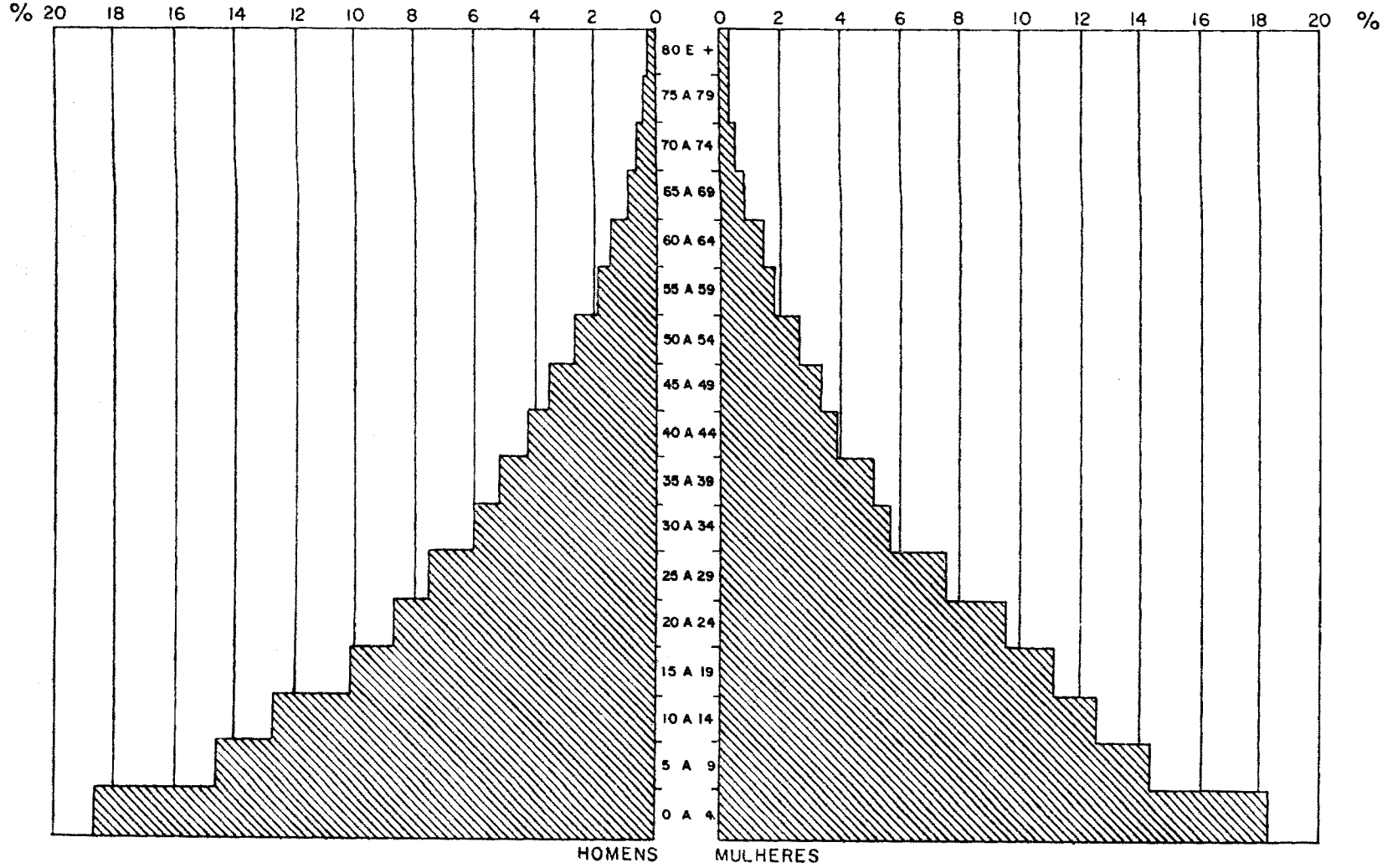
O rápido crescimento vegetativo da população, que marca a acentuada distância entre os nascimentos e as mortes, é característica dominante em tôdas as unidades brasileiras, e alguns autores chegam mesmo a falar em "crescimento explosivo", tal é sua velocidade e implicação problemática — da rápida multiplicação do efetivo demográfico.

E, enquanto permanece o incremento demográfico, mantendo-se o efetivo humano no espaço geográfico onde êle se verifica, o montante da população começará a predominar nos grupos de idades menores.

Em Santa Catarina, a população entre "0 a 4", "5 a 9" e "10 a 14" anos, representava no conjunto, em 1940, o valor percentual de 46,21%, em relação ao total dos grupos etários.

STA. CATARINA
PIRÂMIDE DE IDADE - 1950

ELABORADO POR ECONOMIA E HUMANISMO



FONTE: S.N.R. — CENSO DEMOGRAFICO, 1950

m. pereira

Acrescentando-se o grupo que vai de "15 a 19" anos, teremos um resultado de 59,88%, isto é, mais da metade da população de ambos os sexos se encontrava, na data do recenseamento, em idades inferiores a 20 anos. Em 1950, os três primeiros grupos de idades representavam 46,65% e, somados aos grupos de "15 a 19", o valor percentual atingia 56,27%, correspondente ao valor absoluto de 777 918 indivíduos dos 1 560 502 registrados em todo o Estado. O ligeiro decréscimo dêsses grupos na composição piramidal ainda indicava o acentuado destaque dos três primeiros, representando pouco menos da metade do montante absoluto da população, e com o quarto grupo, atingia pouco mais da metade do efetivo total, o que é característica denunciadora da extrema escassez da população em idade de trabalho.

Em 1960 é provável que não ocorram alterações muito sensíveis na distribuição dos grupos de idades, porquanto a dinâmica demográfica não sofreu perturbações em sua essência. O ritmo do crescimento vegetativo se mantém ainda expressivo, embora possamos admitir que o caráter explosivo do crescimento já se encontre em seu ponto de saturação.

Não se verificou no período, fenômenos de deslocamento de grupos humanos para outras áreas em grau capaz de modificar a tendência observada, bem como não há a assinalar nenhum fato digno de nota relativo a migrações, internas ou externas, que tenham ocorrido na década.

O importante a considerar é que a permanência de esmagadora parcela dos grupos de idades menores, no conjunto da população, em dadas circunstâncias e limitações que possam ocorrer na vida econômica da sociedade, estabelece uma cadeia de problemas.

A elevada proporção de crianças e adolescentes se traduz numa considerável carga para a economia estadual. Tomando-se, por exemplo, dados de 1950, podemos estimar que 39% da população catarinense se encontrava em condições teóricas de produzir para o restante, isto é, para aquêles que se situavam entre "0 e 14" anos e os de 65 anos e mais.

É bem verdade que muitos adolescentes, principalmente nas áreas rurais, participam de atividades econômicas antes de atingirem os 14 anos de idade, bem como continuam, como econômicamente ativos, grupos etários acima de 65 anos. Mas, por outro lado, muitos jovens, antes dos 20 anos, fazem parte da população econômicamente passiva.

As restrições, portanto, ao rigorismo dos pontos de referência utilizados, mesmo teòricamente, pelos economistas, sociólogos e demógrafos, tanto pode ser para além ou aquém das estimativas. E, difìcilmente anularão a resultante condicionada pela velocidade do crescimento demográfico, expressa pelo volume majoritário do contingente infanto-juvenil.

Assim, vemos repetir aqui, em linhas gerais, os mesmos problemas que desafiam o Brasil: aquêles gerados pelo elevado número de pessoas que apenas podem auferir a renda que uma parcela minoritária é capaz

de produzir; ou, quando se faz apêlo ao trabalho de jovens em idade menor, tem-se o sacrifício que decorre para a própria Nação em utilizar pessoas de condições limitadas, tècnicamente, para atender às exigências das transformações de uma sociedade pré-moderna em moderna.

Efeito visível do rápido crescimento é sentido na esfera educacional. Os planos de desenvolvimento de rêdes escolares primárias e de nível médio, que se completam com o recrutamento maciço de professôres improvisados, com a aquisição de grande volume de material didático e pedagógico, se vêm, não raro, estrangulados se impotentes para se adequacionarem à demanda pela educação provocada pelo surto demográfico. E, paralelamente, o crescimento das aspirações pela educação convencional, em tôdas as classes sociais, reforça a procura que, não encontrando satisfações, resulta na frustação de milhares de indivíduos, que, anualmente, ficam à margem da escolaridade. Santa Catarina, particularmente, enfrenta êsse drama brasileiro, canalizando recursos escassos para um setor que sòmente a longo prazo poderá reproduzir os investimentos que, num plano relativo às exigências de outros setores da produção, são elevados.

3 — *Movimentos Transladativos:* Observa-se atualmente a tendência de aumentar o número de catarinenses que migram para outras unidades, embora seja mantido ainda pequeno *superavit* de imigrados sôbre emigrados.

Em 1940, dos 1 042 537 habitantes, 107 851 eram provenientes de outras unidades da federação. Em 1950, o número de brasileiros provenientes de outros Estados elevou-se para 151 651, além dos 19 067 estrangeiros recenseados. Mas, em compensação, o número de catarinenses existentes em outras áreas do País cresceu mais expressivamente no período considerado. Em 1940, era de 61 451 indivíduos, enquanto em 1950 elevou-se para 118 748, sendo a maior parte fixada no Paraná.

A taxa de emigração elevou-se, pois, de 5,6% para 7,9%. Nos dois censos, Santa Catarina acusou saldos migratórios ainda positivos, mas decrescentes, pois em 1940 era representado por 46 400 e em 1950 por 32 903 pessoas.

Os dados do recenseamento de 1960 ainda não foram revelados quanto a êsse aspecto, mas tudo nos leva a crer que o decréscimo observado entre os períodos anteriores será mantido, indicando um resultado que revelará o aumento da taxa de emigração.

Muitas são as razões que fundamentam as observações acima.

Em primeiro lugar, os movimentos de grupos humanos para Santa Catarina foram tradicionalmente estimulados pela disponibilidade de terras. E, salvo em número insignificante, se efetua ainda a ocupação humana no extremo oeste sob a impulsão aquisitiva de terras próprias.

O desenvolvimento das indústrias catarinenses contou, na grande maioria, com a mão-de-obra local que se situou com disponibilidade na medida em que aumentava o contigente rural que forçava, por seu turno, a fragmentação das propriedades fundiárias, chegando mesmo

à emersão do problema do minifúndio, em algumas áreas coloniais antigas. O crescimento industrial que se verifica não é de porte capaz de condicionar sensível elasticidade da oferta de emprêgos, a ponto de atrair grande número de mão-de-obra de áreas afastadas. Nos demais setores também não se observa dilatação acentuada nos níveis de emprêgo, de modo a suplantar o potencial disponível de mão-de-obra existente entre a população do próprio Estado.

Por outro lado, no Paraná, as oportunidades econômicas ainda se mantêm, atraindo mão-de-obra de outras localidades, principalmente das vizinhas. Além disso, ocorre a pressão de centros mais dinâmicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo Brasília (pelo menos na fase inicial de sua formação), que incide numa atração que parte, por sinal, de tôdas as demais unidades brasileiras.

Nos últimos anos, a partir de 1961, o aumento das matrículas nas escolas superiores federais do Estado e a criação de outras, concentradas em Florianópolis, têm exercido alguma influência, atraindo alunos de diversos Estados, notadamente do Rio Grande do Sul e do Paraná, devido ao drama dos "excedentes" que se tornou inclemente nos grandes centros urbanos.

A população estudantil, oriunda de outros Estados, matriculada nas escolas superiores catarinenses, cresceu acentuadamente nos últimos anos e, embora de efeito local, não é desprezível.

Com excessão das áreas do oeste, onde o surto de desenvolvimento é recente, tanto no setor das atividades agropecuárias quanto no da indústria, nenhuma outra zona do Estado tem apresentado condições amplas para que grupos humanos ou indivíduos em grande número procurem nela se fixar, em face da perspectiva da mobilidade vertical econômica.

Dêsse modo, como Estado de características econômicas periféricas em relação a outros mais dinâmicos, do que resulta numa série de fatos que para êstes convergem, incluindo o elemento humano trabalhador, a evasão de catarinenses tende a se acentuar, prosseguindo a tendência já verificada como realidade concreta nas décadas anteriores, expressa pela redução do saldo positivo das imigrações que até agora ainda mantém.

Diferindo de muitos outros Estados, o de Santa Catarina possui uma capital administrativa litorânea, eminentemente terciária quanto à função, de reduzida capacidade de captação de migrantes, limitada pela diminuta oferta de colocações profissionais.

Sem os impulsos gerados pela industrialização centralizada em muitas capitais brasileiras, Florianópolis representa um fator inexpressivo para acionar em sua direção, grande número de pessoas de distantes regiões. Em 1950, por exemplo, apenas 1,4% dos nacionais de outros Estados, residentes em Santa Catarina se localizavam na capital. Essa participação, nas capitais litorâneas do leste brasileiro, do centro-sul e do sul é sentidamente mais elevada, como reflexo do poder de atração que exercem.

4 — *Composição Por Sexo:* Até 1950, a população masculina apresentou ligeira predominância numérica sôbre a feminina. Em 1920, a proporção masculina era de 50,4%. Em 1940 foi de 50,8%, enquanto na década seguinte, na data do censo, foi de 50,6%.

Torna-se bastante difícil a explicação dessa predominância que tem persistido por muito tempo, mas o efeito das imigrações, tanto estrangeiras como nacionais, parece ser o mais importante fator, entre as causas que, na esfera dos fenômenos estritamente biológicos, podem estabelecer diferenças entre os montantes dos sexos.

É fàcilmente observável a predominância de elementos masculinos nas correntes imigratórias que se tornaram expressivas no século passado e início do atual, bem como o afluxo de populações riograndenses, em tempos mais recentes, correspondeu a um montante superior de elementos masculinos.

Entretanto, após 1950, a tendência tem sido no sentido de anular a inferioridade numérica feminina, porquanto o fator que parece ser o mais responsável não possui mais o vigor da importância anteriormente tida. E, o número de óbitos, em função, de parto, incidente com significado nas zonas rurais e entre populações submetidas ao pauperismo, é fator que vem sendo atenuado pela melhoria dos recursos médico-hospitalares.

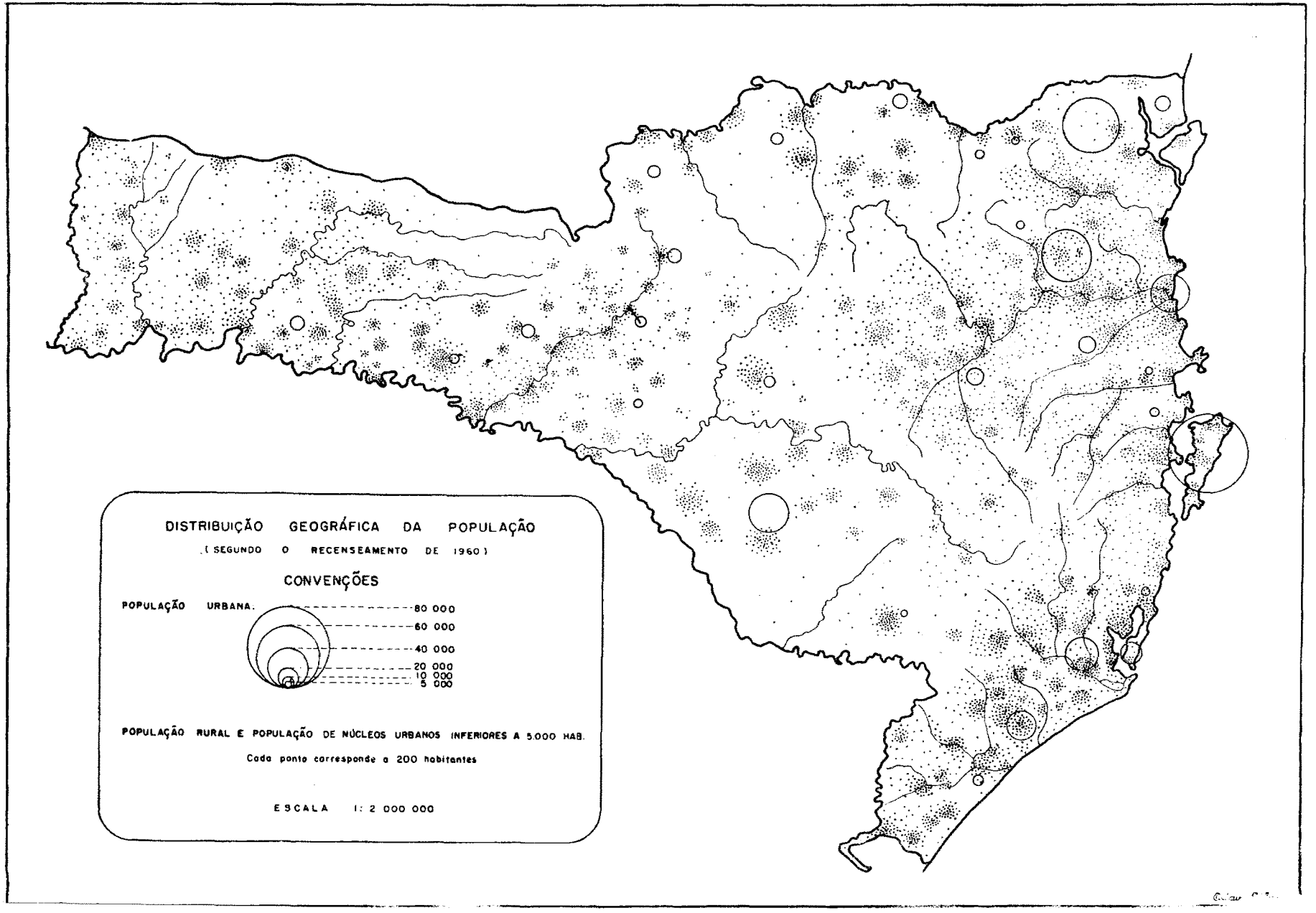
5 — *A Distribuição do Efetivo Humano:* Nos anos de 1940, 1950 e 1960, a densidade demográfica de Santa Catarina correspondeu, respectivamente aos seguintes valôres: 11,2 hab/km^2; 16,2 hab/km^2; 23,5 hab/km^2.

A repartição da população, em que pesem as condições fisiográficas nìtidamente diversificadas e, pois, variàvelmente estimuladoras da concentração humana, é relativamente uniforme e assim se completa em virtude da consolidação ocupacional das áreas do Oeste, onde a densidade demográfica permanecia com extrema rarefação até o início do século.

A sub-região ou zona geográfica dos Campos de Lages apresenta certa tendência a se distanciar das demais em densidade demográfica, devido às características de sua economia dominantemente pecuarista, extensiva e, territorialmente, por ser muito ampla. Há entretanto, um fator que atua contràriamente, ou seja, a BR-2, que, como eixo rodoviário exponencial, drena massas econômicas e fixa, ao seu longo, populações direta e indiretamente beneficiadas.

Convém aqui repetir a influência dos fatôres geográficos na distribuição do efetivo humano, em que destacamos a importância das rêdes hidrográficas, associadas às áreas de matas.

A ocupação do território catarinense, em geral, correspondeu à gradativa penetração dos ocupantes, proprietários de pequenas glebas, subindo ou descendo os diversos vales fluviais, de modo que a repartição do contingente humano tendeu a acentuada dispersão, resultando numa configuração final de relativa uniformidade, com a progressiva expansão do efetivo humano.


DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
(SEGUNDO O RECENSEAMENTO DE 1960)
CONVENÇÕES
POPULAÇÃO URBANA.
80 000
60 000
40 000
20 000
10 000
5 000
POPULAÇÃO RURAL E POPULAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS INFERIORES A 5.000 HAB.
Cada ponto corresponde a 200 habitantes
ESCALA 1: 2 000 000

Além disso, as características que presidiram ao desenvolvimento urbano, não resultaram ainda na formação de grandes aglomerações, embora algumas cidades se destaquem, em relação ao grande número de pequenos aglomerados que, com maior ou menor grau de vinculação, se situam numa condição de núcleos-satélites em tôrno dos principais centros, notando-se, em outros casos, relativa autonomia de muitos.

INCREMENTO POPULACIONAL POR ZONAS

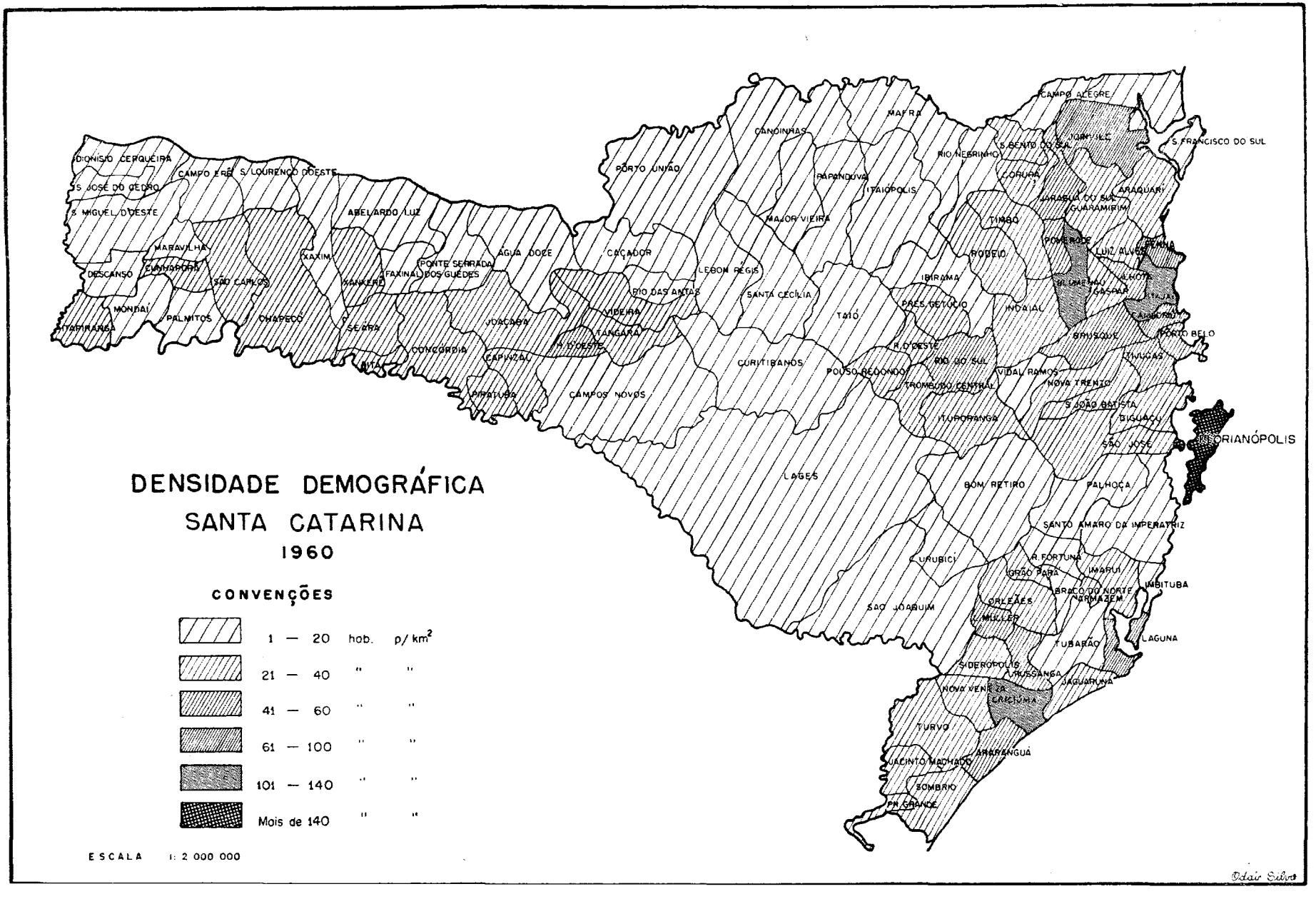
ZONAS	POPULAÇÃO			AUMENTO ENTRE 1940/50 e 1950/60			
				1940/50		1950/60	
	1940	1950	1960	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
São Francisco	100 223	127 826	167 371	27 603	27,5%	29 545	30,9%
Florianópolis	181 842	199 668	262 399	17 826	9,8%	80 557	40,3%
Itajaí	244 909	311 413	428 157	66 504	30,5%	105 744	33,9%
Laguna	239 979	315 214	391 074	75 235	31,4%	75 859	24,0%
Rio do Peixe	100 639	183 575	223 746	82 936	59,1%	40 171	21,8%
Campos de Lages	167 946	184 325	264 411	16 419	32,3%	80 046	43,4%
Planalto de Canoinhas	118 515	141 794	166 864	23 279	19,6%	15 070	10,6%
Chapecó	44 327	96 624	242 658	52 296	118,0%	156 034	161,4%

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ZONAS NA POPULAÇÃO TOTAL

ZONAS	1940	1950	1960
São Francisco	8,5	6,9	7,7
Florianópolis	15,4	12,8	11,6
Bacia do Itajaí	19,1	20,0	21,1
Laguna	20,5	20,2	18,2
Rio do Peixe	8,5	9,2	10,4
Chapecó	3,8	6,2	11,2
Planalto de Canoinhas	10,0	9,1	7,7
Campos de Lages	14,2	15,6	12,0

O exame sumário da distribuição populacional do Estado nos revela o deslocamento do eixo demográfico para oeste, cuja participação no montante global da população, incluindo-se a zona do Rio do Peixe, cresceu de 12,3% em 1940, para 15,4% em 1950 e para 21,6% em 1960.

A zona do Rio do Peixe, embora com o crescimento tanto absoluto quanto relativo é, todavia, muito menos expressiva do que o oeste ou zona de Chapecó, quanto à dinâmica do crescimento demográfico. Observa-se que a Bacia do Itajaí, antes palco de maciça colonização agrícola, responsável pela rápida concentração demográfica, tem-se mantido em sua importância percentual no conjunto do Estado, por fôrça, nos últimos anos, da evolução industrial que estabeleceu certa continuidade com as bases lançadas nos tempos daquela dominante emprêsa. Embora tenha também funcionado como área de irradiação


DENSIDADE DEMOGRÁFICA
SANTA CATARINA
1960
CONVENÇÕES
1 — 20 hab. p/ km²
21 — 40 " "
41 — 60 " "
61 — 100 " "
101 — 140 " "
Mais de 140 " "
ESCALA 1: 2 000 000
DIONÍSIO CERQUEIRA
S. JOSÉ DO CEDRO
S. MIGUEL D'OESTE
CAMPO ERÊ
S. LOURENÇO D'OESTE
ABELARDO LUZ
MARAVILHA
DESCANSO
CUNHAPORÃ
SÃO CARLOS
XAXIM
XANXERÊ
FAXINAL
PONTE SERRADA DOS GUEDES
ÁGUA DOCE
MONDAÍ
PALMITOS
CHAPECÓ
SEARA
ITAPIRANGA
CONCÓRDIA
JOAÇABA
CAPINZAL
PIRATUBA
PORTO UNIÃO
CAÇADOR
RIO DAS ANTAS
VIDEIRA
TANGARÁ
R. D'OESTE
CAMPOS NOVOS
CANOINHAS
MAFRA
PAPANDUVA
ITAIÓPOLIS
MAJOR VIEIRA
LEBON RÉGIS
SANTA CECÍLIA
TAIÓ
CURITIBANOS
POUSO REDONDO
LAGES
RIO NEGRINHO
S. BENTO DO SUL
CORUPÁ
TIMBÓ
RODEIO
IBIRAMA
PRES. GETÚCIO
INDAIAL
R. D'OESTE
RIO DO SUL
TROMBUDO CENTRAL
ITUPORANGA
VIDAL RAMOS
NOVA TRENTO
S. JOÃO BATISTA
BIGUAÇU
SÃO JOSÉ
BOM RETIRO
PALHOÇA
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
URUBICI
R. FORTUNA
GRÃO PARÁ
IMARUÍ
BRAÇO DO NORTE
ARMAZÉM
IMBITUBA
ORLEÃES
MULLER
SÃO JOAQUIM
TUBARÃO
LAGUNA
SIDERÓPOLIS
URUSSANGA
JAGUARUNA
NOVA VENEZA
CRICIÚMA
TURVO
ARARANGUÁ
JACINTO MACHADO
SOMBRIO
PR. GRANDE
CAMPO ALEGRE
JOINVILLE
S. FRANCISCO DO SUL
ARAQUARI
JARAGUÁ DO SUL
GUARAMIRIM
POMERODE
LUIZ ALVES
PENHA
ILHOTA
GASPAR
BRUSQUE
PORTO BELO
TIJUCAS
FLORIANÓPOLIS
Odair Silva

demográfica, com evasão de grande número de indivíduos que procuraram outras áreas do Estado, mormente no norte do Paraná, a Bacia do Itajaí tem-se caracterizado como detentora de fortes elementos de fixação de contingentes demográficos, devido ao seu desenvolvimento econômico vertical.

A zona de Laguna, que melhor seria enunciada como zona de Túbarão, devido aos efeitos da convergência que êste centro urbano acarreta, alardeia um ressurgimento em seu processo de desenvolvimento econômico, não mais sob a impulsão das correntes povoadoras e colonizadoras agrícolas, mas em virtude da crescente integração da área na economia nacional.

A importância assumida pelas jazidas carboníferas cuja extração se intensificou notadamente a partir da 2.ª grande guerra, paralelamente ao beneficiamento da matéria-prima e ao aproveitamento para produção de energia elétrica, operados no local, abre perspectivas altamente favoráveis para a dinamização de atividades diversas do setor industrial.

Acreditam alguns analistas que a zona de Laguna é a que mais propende a apresentar profundas alterações desenvolvimentistas, tão pronto ocorra o alcance de soluções básicas como a implantação de uma unidade eletro-siderúrgica e outras capazes de utilizar as valiosas reservas de resíduos piritosos do minério de carvão. A infra-estrutura da energia termelétrica está assegurada em sua etapa inicial, com o funcionamento da primeira unidade geradora da SOTELCA.

Relacionando, pois, a perspectiva econômica ao problema que está em pauta, conclui-se que a zona é dotada de grandes possibilidades de vigoroso aumento de seu efetivo humano.

A zona de Florianópolis, apesar de manter considerável montante da população do Estado e a despeito do crescimento absoluto ser elevado, no que depende do índice de fecundidade local, tem, como contra-fator, a fragilidade da economia cujo setor industrial não tem sofrido alterações similares a outras zonas mais dinâmicas que podem, num certo grau, fixar excedentes rurais bem como ainda possuem condições de ocupação agrícola.

A capital — Florianópolis —, mesmo acionada pela função terciária, repousada na centralização administrativa e cultural, permitindo-lhe até certo ponto se constituir num centro com funções de entreposto comercial, é uma das capitais atlânticas de crescimento demográfico vegetativo dos mais elevados. Mas fora dêsse aspecto, é inexpressivo em confronto com outras capitais que contam também com o fator imigratório.

O crescimento urbano, ainda que visìvelmente sentido, está longe de se equiparar com o ritmo que se observa em outros centros urbanos que não são destituídos de "hinterlands" de precária produtividade ou que se encontram beneficiados por fatôres outros como a posição geográfica em relação aos eixos dinâmicos, como o desenvolvimento do setor industrial, etc.

A sub-região ou zona campestre de Lages se define como de economia primária, criatória e agrícola, com possibilidades limitadas de ingressar sòlidamente nas atividades industriais, embora conte com um centro urbano de porte e cujas unidades industriais se restringem amplamente ao beneficiamento da madeira, por sinal de extração ativada em outras áreas.

Sua densidade demográfica é fraca, de certo modo coerente com a vocação agro-pastoril da zona, e tende mesmo a se distanciar das demais, em que pesem os efeitos favoráveis suscitados pela rodovia federal que a corta e, ao longo da qual numerosas localidades surgem, não raro significando núcleos povoados por habitantes de outras regiões.

O aumento relativo, entre 1950/60 foi muito expressivo, isto é, de 43,4%, situando-se mesmo em 2.º lugar entre as demais unidades geográficas, pois sòmente a do oeste lhe ultrapassou (161,4%). Apesar disso, as condições da zona não oferecem perspectivas de grandes concentrações demográficas, pois apenas se denotou certo surto de desenvolvimento urbano em Lages e Curitibanos, em grande parte por fôrça do deslocamento de atividades madeireiras que buscam maior proximidade com a rodovia federal, por onde se efetua grande parte do escoamento.

Sob o mesmo ponto de vista da impulsão econômica, a zona do Litoral de São Francisco, ou de Joinvile, apresenta possibilidades de aumentar consideràvelmente seu efetivo demográfico. Apesar das limitações impostas pela carência de energia elétrica, a evolução industrial de Joinvile, facilitada pela proximidade de um centro de grande porte, articulado com a zona como mercado consumidor, exerce grande efeito na questão demográfica, atenuando a evasão da população de sua periferia rural e atraindo mão-de-obra para as atividades que se ampliam no interior dos centros urbanos.

Entretanto, êsse papel sòmente é desempenhado por Joinvile, não contando a zona com a rêde urbana da expansão da que é comandada por Blumenau, na Bacia do Itajaí.

As demais sub-regiões, Planalto de Canoinhas e Alto Rio Negro, se equivalem em suas perspectivas reduzidas de concentrarem forte contingente humano, se para isso nos prendermos aos estímulos exercidos pelas fôrças econômicas. Situam-se na área de influência de Curitiba que, sem ser um exemplo de gigantismo metropolitano como São Paulo e Rio de Janeiro, não deixa de drenar alguma parcela de excedentes demográficos de áreas catarinenses próximas, como as citadas.

6 — *A Condição Domiciliar:* Tomando-se os valôres percentuais da população, urbana e suburbana, nos três últimos recenseamentos, nota-se que o contingente humano domiciliado em centros urbanos aumentou consideràvelmente, embora a grande maioria do efetivo demográfico total ainda seja representada por rurícolas. Em 1940, a população urbana de Santa Catarina correspondia a 21,53%; em 1950 era de 23,24% e, em 1960 foi de 32,39%.

O aumento foi, portanto, mais expressivo na década de 1950/60. Em têrmos absolutos, verificou-se que a população urbana atingiu 659 347 habitantes, enquanto a rural manteve-se majoritária, com 1 451 562 habitantes. Em 1950, o contingente urbano equivalia a quase metade do de 1960, isto é, de 362 717. No mesmo ano, o efetivo rural era, entretanto, superior ao de 1960, ou seja, de 1 197 785 habitantes.

Depreende-se que o crescimento da população considerada urbana se apresentou no plano relativo e no absoluto, enquanto a população rural diminuiu inclusive no valor absoluto. Isto nos força acrescentar que, pelo menos na década de 1950/60, Santa Catarina apresentou marcante evolução urbana, sob o ponto de vista do aumento de seu efetivo demográfico.

Entretanto, o exame dos critérios de determinação da condição domiciliar, adotados pelo IBGE e executados pelos agentes do censo, distorce certas realidades demográficas, quando se levam em conta outros aspectos.

No cômputo final, o homem rural resulta ser aquêle que apenas reside numa área considerada rural, imprescindindo para isto quaisquer outras vinculações com a área. Se se trata de um cidadão integrado no meio urbano, por fôrça de uma qualquer função aí exercida, êle será um rurícola, embora esta condição seja mais acidental do que mesmo efetiva.

Outro fato duvidoso se revela quando há perfeita discordância entre os conceitos de cidade, com base no critério numérico de habitantes (em geral igual ou superior a 2 000) e a determinação da política regional que, sem observância de quaisquer critérios numéricos, eleva a categoria de "distritos" em "cidades", ou deixa de elevar outros, por vêzes mais populosos.

Em suma, num dado momento, sem que tenha ocorrido um deslocamento de indivíduos de uma para outra área, sem que a povoação rural tenha evoluído para centro urbano, computa-se ou não um variável montante nas categorias de rurícolas ou citadinos.

Em Santa Catarina, dadas as peculiaridades do desenvolvimento de vários organismos urbanos, como os das zonas de colonização estrangeira cujo *habitat* evoluiu, não raramente, para um traçado linear, — cidades — ruas — muitos indivíduos que operam nos centros urbanos, residentes dentro dos limites considerados rurais, foram aferidos como rurícolas. E, talvez, em compensação, a multiplicação de municípios que ocorreu na década de 1950/60, "transformou" muitos indivíduos em habitantes urbanos sem que, em muitos casos, tenha-se verificado, no antigo distrito municipalizado, a combinação de mudanças que sugerem realmente a alteração da nomenclatura de um aglomerado rural para uma cidade.

Infelizmente, não se possui documentação suficiente para se corrigirem as imperfeições, e os comentários que se seguirão terão como referência o conteúdo informativo que é possível se ter e que, mesmo impreciso, oferece a margem necessária para pressentirmos as realidades.

O Forte Contingente Rural: Embora a Região Sul seja a que possui a menor percentagem da população rural, o Estado de Santa Catarina, em particular, ainda se mantém entre as unidades de mais forte contingente humano domiciliado em zonas rurais.

Supera a média de 49,22% da Região, semelhantemente ao Paraná que nas últimas décadas vem assistindo à intensa dinamização de áreas que permaneceram inexploradas por muito tempo. A população rural de Santa Catarina corresponde a 67,61% do total, enquanto o Paraná é representado pela cifra de 68,96% dessa mesma parcela do efetivo humano.

Excluindo-se êste, as unidades brasileiras que em 1960 apresentaram montantes de rurícolas superiores, percentualmente, a Santa Catarina foram: Serra dos Aimorés (91,17%); Maranhão (82,00%); Acre (78,8%); Goiás (69,34%) e Espírito Santo (69,75%).

Em relação à média brasileira, a percentagem da população rural no quadro total de Santa Catarina tem sido superior, e sua gradativa diminuição não tem incidido numa aproximação da média brasileira, porque esta também apresenta sentida diminuição, como se vê abaixo:

ANOS	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RURAL	
	Brasil	Santa Catarina
1940	68,76	78,47
1950	63,84	76,76
1960	54,92	67,61

De 1940 a 1960, Santa Catarina diminuiu sua percentagem rural em 10,86%, enquanto, no mesmo período, o Brasil diminuiu em 12,84%. Isto nos levaria a concluir que, apesar da alteração sofrida, o ritmo do crescimento da população urbana brasileira é superior ao de Santa Catarina ou, em outros têrmos, aqui se nota acentuada permanência de fenômenos que se combinam, dando-lhe configuração expressiva de Estado rural.

Sem dúvida alguma, essa condição fortemente rural não se explica sòmente pela existência de áreas novas de ocupação, como as do Oeste, pela fixação do elemento humano, estimulada pelo fenômeno da colonização, mas principalmente pela ausência de fatôres importantes de urbanização que possam influir na promoção de mais ativa concentração demográfica em determinados centros urbanos.

Ao fenômeno da preservação do *status* demográfico rural, está relacionada a permanência de atividades econômicas primárias e a carência de estímulos fortes que pressionem o ritmo da urbanização, para atingir grau mais completo de desenvolvimento econômico capaz de alterar, já por implicação, sua estrutura social.

A População Urbana: Quando se examina a evolução municipal do Estado, sente-se, entretanto, a imagem de profundas alterações até que deparamos com a artificiosidade das criações de "novos" municípios, que supõe aprioristicamente a existência de novas aglomerações humanas de porte considerável.

Em 1940, o número de aglomerados considerados "cidades" era 44. Em 1950, atingiu 52 e, em 1960, o Estado possuía cêrca de 102 aglomerações rotuladas como "cidades", por se depreender que a cada município corresponde uma sede "urbana". Enquanto isso, os montantes da população urbana, em têrmos absolutos, se expressaram, nos mesmos anos, em, respectivamente: 178 230, 278 230 e 602 242.

Basta-nos, pois, considerar o fato de que das 102 cidades, em 1960, apenas 53 possuiam número de habitantes superior a 2 000 pessoas para não nos iludirmos acêrca da artificiosidade da multiplicação de municípios.

OS PRINCIPAIS CENTROS DEMOGRÁFICOS: POPULAÇÃO URBANA

Segundo os dados de 1960, os principais municípios do Estado, em suas respectivas zonas, foram, a êsse respeito, os seguintes:

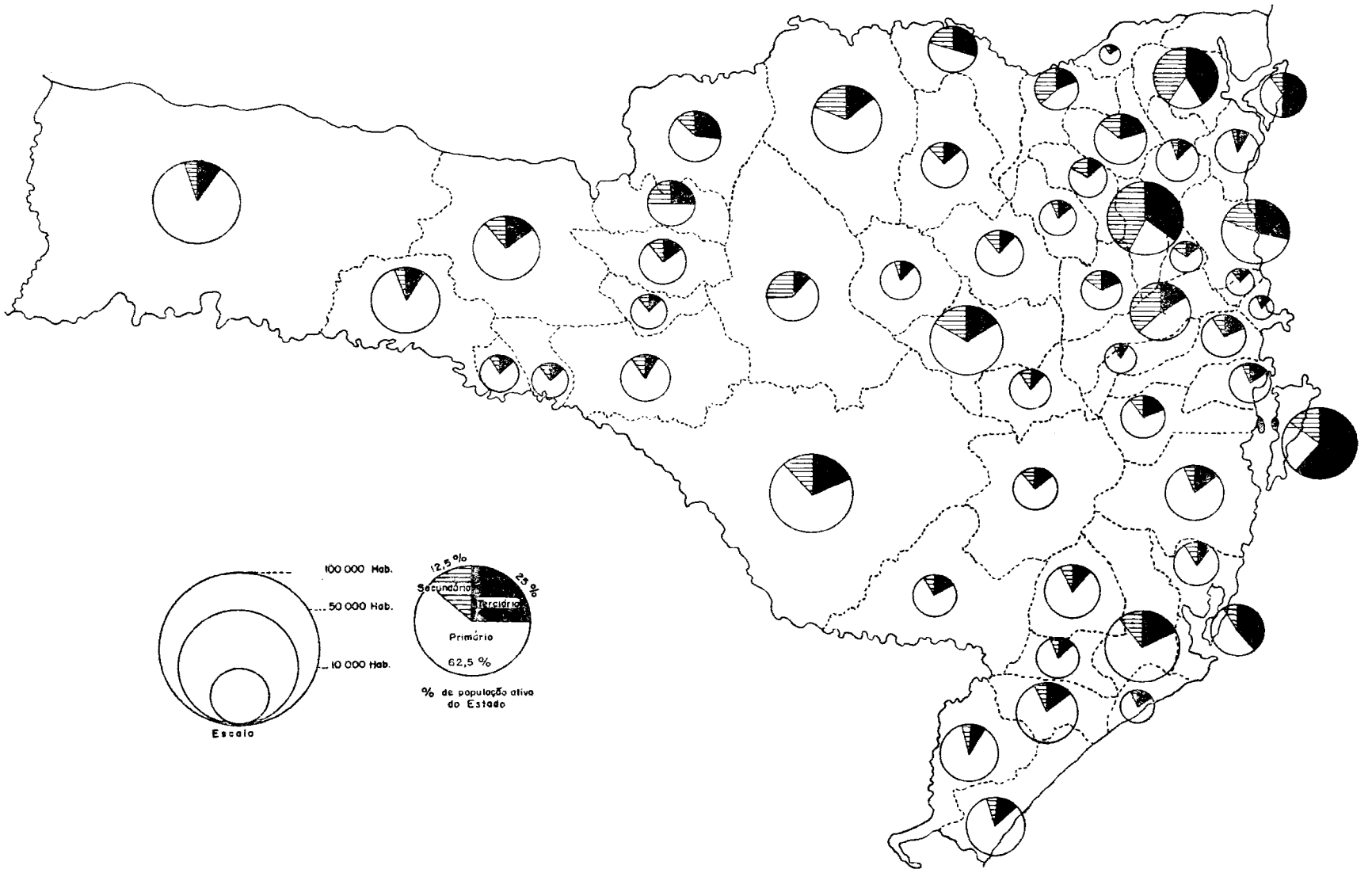
Litoral de S. Francisco:	Joinville (55 553 habs.)
Litoral Central:	Florianópolis (78 068 habs.)
Litoral de Laguna:	Tubarão (29 615 habs.)
	Criciuma (28 198 habs.)
Bacia do Itajaí:	Blumenau (48 014 habs.)
	Itajaí (38 889 habs.)
Rio do Peixe:	Joaçaba (11 662 habs.)
	Caçador (10 987 habs.)
Zona do Iguaçu:	Chapecó (10 898 habs.)
Campos de Lages:	Lages (40 460 habs.)
Planalto de Canoinhas:	Canoinhas (12 376 habs.)
	Mafra (13 541 habs.)
	Pôrto União (12 300 habs.)
Alto Rio Negro:	S. Bento (6 470 habs.)

Os números assinalados acima se referem à população urbana dos municípios e, nessa categoria, são arrolados os habitantes que residem na sede municipal ou 1.º distrito e nas sedes dos distritos de cada município. Assim sendo, os centros demográficos do Estado são, em realidade, menos populosos do que os números que indicam o quadro acima, embora o montante das pessoas residentes em sedes de demais distritos seja quase sempre bem reduzido.

7 — *A Estrutura Sócio-Econômica da População:* As atividades econômicas são grupadas em três grandes setores: Primário (Agri-

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATIVA

POR MUNICÍPIOS - 1950



DES. MAURO PEREIRA

cultura, Pesca, Silvicultura, Pecuária); Secundário (Indústrias Extrativas Minerais e Industrias de Transformação); Terciário (tôdas as demais atividades não compreendidas nos setores anteriores, como: Comércio, Transportes, Administração Pública, Serviços, etc.

Quando se qualifica uma cidade de "terciária", como Florianópolis, depreende-se que a maior parcela da população econômicamente ativa está mobilizada em ramos de atividades grupados no setor terciário.

O primeiro elemento de importância a ser destacado para o exame das características da estrutura sócio-econômica de uma dada sociedade reside na constatação do montante de seu efetivo humano que pode ser rotulado como ativo, sob o ponto de vista do exercício de atividade econômica que corresponde a um valor pago pelo serviço prestado.

Admitem os economistas que, num estágio de pleno desenvolvimento, a população econômicamente ativa, aquela que teòricamente produz mais do que consome, representa de 50 a 60% da população total dessa sociedade. Êsse amplo emprêgo reflete tal oferta de serviços sòmente compatível com a formação de grandes "excedentes" da produção.

Até 1950, a população ativa do Brasil era inferior àquele limite mínimo, pois girava em tôrno de 40%. Atualmente não temos elementos estatísticos precisos para avaliação, mas as estimativas, com base em informações esparsas, ainda indicam uma situação aquém do "estágio pleno do desenvolvimento", mesmo dentro da abordagem puramente teórica.

Quando um país, região, estado, etc, apresenta um aumento demográfico que ocorre com muita velocidade, o número de crianças e adolescentes tende a reduzir a parcela percentual da população ativa, como se verifica no Brasil, a despeito do fator atenuante que reside no recrutamento de considerável número de pessoas situadas entre 12 a 20 anos para o exercício de atividades profissionais.

É mais importante ainda o exame da repartição da população econômicamente ativa pelos setores das atividades, do que a percentagem que o total, sem discriminação, ocupa no conjunto demográfico. A idéia essencial subentende que o progresso econômico implica, necessàriamente, numa transformação no modo pelo qual a população se distribui segundo grupos ou classes de ocupação.

Pode-se caracterizar, em têrmos gerais, o estágio de desenvolvimento econômico, pela posição relativa da população distribuída nos três setores. Significa isto que os estágios diversos de desenvolvimento econômico dependem de um processo de transferência da mão-de-obra do setor primário para os demais. "À medida que cresce a relação entre o setor secundário e o primário, assinala-se um nível de desenvolvimento melhor" *.

* As argumentações sôbre as alterações, relações e dimensões de uma economia, de acôrdo com o que se expõe, foram primeiramente desenvolvidas por Colin Clak — "The conditions of Economic Progress".

Esta relação crescente corresponde, no caso, a um desenvolvimento industrial que acompanha ou sobrepuja o progresso das atividades agrícolas pecuaristas, silvicultoras ou pesqueiras.

Alguns autores preferem, para o Brasil, situar as atividades extrativas minerais no setor primário, devido ao baixo padrão técnico que vigora na esfera da produção e, assim, o aproveitamento dos produtos minerais, pela produção de utilidades industriais significaria também o aumento da relação entre os dois setores de atividades, implicativa de desenvolvimento.

Mais sensível ainda é o desenvolvimento, quando cresce o setor dos serviços. Quando os setores primário e o secundário se tornam expressivamente dinâmicos, possibilitam o fenômeno de "excedente", isto é, maior disponibilidade de renda auferida que tende a ser aplicada nos setores diretamente responsáveis, num sentido de ampliar ou aperfeiçoar atividades inerentes. Mas, tende, principalmente, a se aplicar no setor terciário. Disso resultará a melhoria dos transportes, a dinamização do comércio, a ampliação das atividades culturais e da educação, da saúde, administração pública, etc.

A partir do momento em que uma grande parte do sistema econômico se concentra nos serviços coletivos, o desenvolvimento se assinala. Em outras palavras, os países ou regiões que concentram grande parte de sua fôrça de trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo são econômicamente atrasados.

Se, através êsse raciocínio, fixarmos um conceito, concluiremos que Santa Catarina é um Estado cuja economia se encontra num estágio sentidamente atrasado, porquanto é nítida a predominância das atividades primárias sôbre as demais, do que resulta esmagadora mobilização de sua mão-de-obra nas atividades agrícolas, pecuaristas, silvicultoras, etc.

Entretanto, semelhante rotulação não pode ser formulada de modo antecipado, pois, desenvolvimento econômico não significa, necessàriamente, um processo de industrialização.

O desenvolvimento econômico pode ser expresso pelo volume das trocas com o "exterior", isto é, mesmo mantendo uma produção tìpicamente oriunda das atividades do setor primário, a região pode conter fortes elementos de transformação, quando parcela considerável dessa produção encontra escoamento fácil, permitindo assim o desenvolvimento comercial e promovendo afluxo de renda. Exaltam-se, na dinâmica econômica os setores primários e as atividades comerciais, deixando em grande desnível a posição ocupada pelo setor industrial em relação aos demais.

Será interessante citarmos alguns exemplos, para tornar mais clara a ressalva acima. Durante algum tempo, a Argentina teve uma economia assentada na produção agropastoril, favorecida pela demanda de produtos alimentares nos mercados europeus. A rentabilidade alcançada

e o volume da produção muito superior às necessidades do consumo interno lhe permitiam, acrescentando-se a qualidade dos produtos, exportar grande quantidade de mercadorias.

O setor primário permanecia básico e dinâmico, face à permanência dos estímulos do mercado externo, constituindo-se num fator decisivo para melhorar o bem-estar das populações integrantes do sistema, condicionando poupança interna, dilatando assim a capacidade de investimentos em setores diversos das atividades humanas. Entretanto, situações novas como o aumento do efetivo demográfico, as dificuldades ligadas à obtenção de matérias-primas minerais, a carência de mão-de-obra técnica, surgimento de competidores no mercado externo, puseram freio ao ritmo de desenvolvimento que vinha caracterizando o País.

No Brasil, o café foi um exemplo digno de nota. Como produto primário, àvidamente procurado no exterior, cresceu em volume de produção na medida em que a demanda aumentava, e a renda gerada nas transações comerciais puderam mesmo ser o fator de capitalização indispensável para acionar outras atividades.

Enquanto o Sudeste, palco dessa investida agrícola, criava condições para um surto de industrialização, a economia tradicional açucareira das áreas nordestinas mantinha-se estagnada, pela ausência de fatôres estimulantes e de outros ligados ao empobrecimento dos solos. Enquanto a primeira região esboçava e consolidava sua condição de centro dinâmico, a outra se tornava cada vez mais periférica.

Em Santa Catarina ainda podemos observar saldos positivos na balança comercial, permitidos pela exportação de produtos principalmente primários.

Entretanto, é aceito pelos economistas, e perfeitamente demonstrável, que, embora de alta essencialidade, os produtos primários são incapazes de fazer frente aos preços dos produtos e serviços, secundários e terciários, respectivamente.

Dêsse modo, um sistema econômico não pode permanecer, senão até certo tempo, na dependência das atividades primárias, pois incorrerá, gradativamente, numa redução de sua dinâmica, estagnando-se, ou até mesmo involuindo.

Nas áreas, por exemplo, do oeste catarinense, o desenvolvimento econômico se fundamentou, inicialmente, nas atividades agrícolas e, aos poucos, o extrativismo vegetal se constituiu como a atividade de mais alta rentabilidade.

Dado o caráter destrutivo dessa atividade, mediante o progressivo exaurimento das reservas madeireiras, o desenvolvimento econômico não poderá, por mais tempo, se confinar à simples extração e comercialização da madeira, operadas prèviamente por rudimentares indústrias de beneficiamento. A importância das indústrias derivadas do extrativismo — papel, celulose, pasta mecânica, laminados, compensados, mobiliária, etc. — tem sido imensa, evitando a rápida desa-

parição e drenagem de uma fonte de renda regional, atuando, pois, como elemento fixador de renda gerada imediatamente pela extração. Implicam essas indústrias derivadas numa ação de investimentos, abrindo horizontes de emprêgo de mão-de-obra, ampliando e especializando o setor comercial.

Na bacia do Itajaí o desenvolvimento sob a impulsão da agricultura teve como apoio a evolução das indústrias de transformação, caracterizando-se num certo paralelismo pela diversificação das atividades primárias e secundárias, com repercussões inevitáveis na ampliação dos serviços inerentes às atividades terciárias.

Expresso, portanto, um sentido de evolução vertical que, inevitàvelmente, significava que a economia era capaz de fixar rendas geradas nas atividades primárias, o conjunto da região não sofreu estagnação ou involução que tenderia a resultar se a colonização agrícola permanecesse como complexo de atividades confinadas em tôrno da exploração da terra.

E isto, desde que essa tipologia de uso da terra não apresentasse radicais melhorias da técnica empregada, capaz de produzir grande volume de excedentes comercializáveis. Mas tal não se deu, no decorrer dos tempos em que se verificou, ao lado de algumas melhorias tecnológicas, acentuado esgotamento de solos e preservação de rudimentares padrões técnicos.

As indústrias que se instalavam no vale, facilitadas pela mão-de-obra disponível, pela capacidade empresarial e por condições de mercado, impediram a decadência da emprêsa e colonização agrícola. Basta-nos verificar a elevada parcela da população que buscou fixação em outras áreas e a elevada parcela que se deslocou das áreas rurais para os centros urbanos industriais da própria região, para sentirmos que a condição de região agrícola da bacia do Itajaí seria insuficiente para assegurar o desenvolvimento que nela se observa, ilustrado pela resultante de que nos fala Colin Clark, isto é, o fenômeno da transferência de mão-de-obra entre os setores das atividades econômicas.

Deixando tais exemplos, voltaremos à apreciação do fato no Estado.

Segundo estimativas do IBGE, a população ativa de Santa Catarina corresponde a aproximadamente 40% do efetivo global. Nos dias atuais será bem provável que seja superior à média brasileira, tendo-se em vista alguns fatos, como: a grande predominância das atividades agrícolas, subordinadas às características da utilização da terra, índice no recrutamento de grande número de jovens para o trabalho, com idade inferior a 15 anos. Êste fato está, pois, ligado à posição relativa do setor primário, marcado pela ampla superioridade sôbre os demais.

Estudos elaborados pela "SAGMACS" *, considerando a população ativa acima de 10 anos, concluíram que, em 1940, 73,68% da popu-

* "Necessidades e Possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina" — I volume, 1958 — São Paulo.

lação masculina e 82,15% da população feminina se situavam no setor primário. Em 1950, os dois grupos de sexos ocupavam, respectivamente, no mesmo setor, 70,09% e 80,03% do efetivo humano econômicamente ativo.

Constatou-se, portanto, no período, pequena diminuição da posição percentual do setor primário, no conjunto.

Com a média de 75% de seu contigente humano ativo, mobilizado nas atividades agropastoris e extrativistas (vegetais e animais), mesmo admitindo-se reduções a partir de 1950, devido à constatação, num ritmo ainda que lento, das atividades industriais, o Estado de Santa Catarina continua caracterizado pela marca dos fatos rurais. Compare-se tal distribuição da população ativa com o exemplo, um tanto extremado, dos Estados Unidos da América, para se ter uma idéia eloqüente de nossa condição. Nos Estados Unidos, estão situados no setor primário apenas 11% da população econômicamente ativa.

Conforme também se observou nos outros Estados (Paraná e Rio Grande do Sul) o setor que segue ao primário, detendo a parcela mais ponderável dos efetivos humanos, é o terciário. Em 1940, Santa Catarina possuía 15,02% da população masculina e 13,42% da feminina, ocupadas em atividades inscritas no setor terciário, aumentando as proporções em 1950, para, respectivamente, 15,39% e 14,96% .

O setor que sofreu, entretanto, maior alteração no período considerado, foi o secundário, porquanto, absorvendo em 1940 11,30% de homens e 4,43 de mulheres, passou a absorver, em 1950, 14,52% da população ativa masculina e 5,00% da feminina, ambas mobilizadas, predomiantemente, nas atividades ligadas às indústrias de transformação.

Em que pêse a ausência de dados mais precisos, devido ao atraso e perturbações nas apurações do censo de 1960, tudo indica que, a partir de 1950, a tendência de absorção de mão-de-obra nos setores secundários e terciários tenha sido superior ao teor manifesto na década 1940/50, sem que, todavia, venham na atualidade a eliminar a preponderância do setor primário. O resultado do censo agrícola de 1960 indicou que 619 989 pessoas operavam na atividade agropecuária, distribuídas pelos 158 984 estabelecimentos. Aquêle valor significa o aumento de 59,8% em relação à mão-de-obra aplicada na atividade agropecuária e extrativista animal e vegetal, em 1950.

Antes de encerrar, é preciso mencionar que a qualificação dos indivíduos nos setores de atividades econômicas se sujeita a numerosos enganos e omissões. Exames particulares de várias comunidades rurais, feitos por nós *, e por diversas entidades ** revelam melhor a realidade do problema.

---

* "Brusque — Aspectos Geográficos das Paisagens Rurais" (Publ. da S.A.B.) e "Zona da Mineração Carbonífera" (inédito).

** Referem-se a vários levantamentos de comunidades rurais efetuados em diversas zonas do Estado, feitos pelo Serviço Social Rural e publicados em boletins da ACARESC.

Um fato importante, fàcilmente constatável, diz respeito às indústrias artesanais ou semi-artesanais que enriquecem as áreas coloniais do Estado, mobilizando ou dividindo as ocupações dos indivíduos que, na maioria, são apenas rotulados como agricultores, criadores, domésticos, escolares.

Podemos resumir, enfim, as características da população catarinense quanto à ocupação, no seguinte:

a — Elevada quota de crianças, sem possibilidades de exercer qualquer atividade econômica.

b — Reduzida proporção de pessoas ocupadas permanente e exclusivamente nas atividades domésticas.

c — Predominância das atividades primárias, mescladas de operações em pequenas indústrias de transformação de produtos rurais (como atafonas, engenhos, fecularias, serrarias, mobiliário, olarias etc.)

d — Progressiva mas lenta dilatação das atividades de transformação industrial, absorvendo maior número de mão-de-obra.

BIBLIOGRAFIA

1. "A População Brasileira — Estudo e Interpretação" — ALCEU VICENTE DE CARVALHO — Publ. do Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 1960
2. "Contribuições para o Estudo da Demografia do Brasil" — Publ. do Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 1961.
3. "Determinação e Estudos da Faixa Etária de 3 meses a 4 anos em Santa Catarina" — NEREU DO VALE PEREIRA — Publ. do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — 1964.
4. "Estatísticas Catarinenses" — Publ. do Departamento Estadual de Estatística — 1965 (inédito).
5. "A Fecundidade da Mulher no Brasil" — IGBE — 1957.
6. "Vida e Morte nas Capitais Brasileiras" — LINCOLN DE FREITAS FILHO — IBGE, CNG — 1956.
7. "Previsões sôbre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX" — GIORGIO MORTARA — Estudos Demográficos n.º 95 — Laboratório de Estatística do IBGE — 1954.
8. "O Êxodo Rural — Anotações preliminares" — PAULO FERNANDO LAGO — Publ. da Cadeira de Geografia do Brasil — USC
9. "O Êxodo Rural no Brasil" — JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO — Publ. n.º 1 de "Temas Brasileiros", da Ed. Conquista — 1960.
10. "Vida e Morte do Brasileiro" — MÁRIO PINOTTI — Ed. Civilização Brasileira — 1959.
11. "Valorização dos Recursos Humanos" — ALCIDES ABREU — Florianópolis — 1964.
12. "Anuários Estatísticos do IBGE" — 1963 e 1964.

SUMMARY

The article of Paulo Fernando Lago "The Demographic Aspect of Santa Catarina" it contents a serie of studies and considerations about the problem of the populational increase in that southern state.

The speed of that population growth in Brazil brings, as the author shows a very serious problem about the social economic subject, even that growth brings recognized advantages. As a consequence of that speed, he espeaks, among the others factors, the crisis of habitation and finally the marginalism.

He presents us the synthesis of the demographic effective in Santa Catarina, with all its characteristics: the increase and all its birth rate, the demographic scale of ages, where he makes an analysis of the population predominantly youth of the state, the movements of emigration and immigration; the composition made by sex, with a small predominance of the masculine population over the feminine; the distribuition of the human efective by zones, denoting a dislocatement of the demographic axle to the West; the domicile condition; and finally he stops in detailed appreciations about the social economical structure of the population grouping the activities in three great sectors: primary (agriculture, fishing, forestry, livestock economies), secondary (mining and industrial economies) and third place (all those activities like commerce, transportations, public administration, etc.)

Finishing the article, the author presents the actuals characteristics of the population of Santa Catarina, with an elevated share of childrens, reduced number of occupated persons on the domestic activities, and with a progressive but slow dilatation of the works of industrial transformations.

Versão: LÊDA CHAGAS PEREIRA RIBEIRO

RÉSUMÉ

Le travail de Paulo Fernando Lago, "Aspects Démographiques de Santa Catarina", contient une série d'études et considerations sur le problème d'explosion démographique dans cet État du sud.

La rapidité du croissement de l'effectif humain au Brésil produit selon l'auteur, une sérieuse surcharge social-économique même si ce croissement apporte au pays, des avantages reconnus. Comme conséquence de cette rapidité, il cite, entre d'autres facteurs la crise de l'habitation et le marginalisme.

Il nous présente aussi une synthèse de l'effectif démographique à Santa Catarina, avec toutes ses caractéristiques: le croissement, avec le bilan de la natalité et de la mortalité; la pyramide démographique de l'âge où il fait une analyse de la population jeune de l'état; les mouvements de translation, c'est-à-dire, l'émigration et l'immigration; la composition par sexe, avec une légère prédominance de la population masculine sur la féminine; la distribution de l'effectif humain par zones, dévoilant un déplacement de l'axe demographique vers l'ouest; la condition domiciliaire et, finalement, il apprécie la structure social-économique de la population en groupant les activités en trois grands secteurs: primaire (l'agriculture, la pêche, la sylviculture, l'élevage); secondaire (les industries extratives de mineraux et industries de transformation), et terciaire (toutes les autres activités, comme le commerce, transports, administration publique, etc.).

Pour conclure, l'auteur présente les caractéristiques actueles de la population de Santa Catarina, avec une cote élevée d'enfants, une proportion réduite de personnes occupées dans des activités domestiques permanentes, prédominance des activités primaires et progressives mais lente dilatation des activités de transformation industrielle.

Versão: MARIA CECÍLIA DE QUEIROZ LACERDA